



Projeto Pedagógico de Curso
Pós-Graduação EAD Lato Sensu
Direito tributário

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público Alvo	3
4. Critérios de Seleção	3
5. Justificativa do curso	4
6. Objetivos do curso	4
7. Competências e habilidades do curso	4
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9. Estágio Não Obrigatório	7
10. Matriz Curricular	8
11. Carga Horária.....	9
12. Conteúdo programático	9
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	18

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito tributário

Grande área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação CAPES: Direito

Área do Conhecimento CAPES: Direito Tributário (60102012)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número Máximo de Vagas por Polo/Unidade: 100

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se a profissionais graduados que, diante das exigências do atual mercado de trabalho, buscam aperfeiçoamento, bem como a magistrados, advogados públicos, defensores públicos, advogados, bacharéis em Direito, candidatos a concursos públicos e servidores públicos com formação em nível superior.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital

(inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

A especialização em Direito Tributário é um curso de pós-graduação lato sensu que promove o aprofundamento teórico, técnico, prático e didático.

O Direito Tributário é uma das disciplinas mais importantes do mercado profissional jurídico e que se apresenta em constante alteração, o que requer do especialista conhecimentos atualizados e de qualidade.

Nesse cenário, é de suma importância capacitar os interessados, do ponto de vista teórico, à luz da formação na Teoria Geral do Direito e em metodologia jurídica, além de especial atenção às questões práticas, com vistas à formação de profissionais altamente capacitados.

Para tanto, é necessário oferecer conhecimento e ferramentas de qualidade ao aluno, que possibilitem analisar o Direito Tributário no sistema constitucional brasileiro, com ênfase nos princípios e fundamentos que regem a matéria; Correlacionar o Direito Tributário com as atividades e demandas profissionais dos grandes escritórios de advocacia e das carreiras públicas; Conhecer os temas de maior relevância na atualidade, por meio de cases e análises das principais questões em debate nos tribunais.

6. Objetivos do curso

Formar e qualificar profissionais com sólidos conhecimentos em Direito Tributário e estimular a produção acadêmica e o debate crítico sobre as questões relativas ao Direito Tributário.

7. Competências e habilidades do curso

Competências:

Desenvolver os conhecimentos técnicos recebidos na graduação, aprimoramento de questões complexas relativas às questões tributárias com vistas a aperfeiçoar e preparar os operadores do Direito para atuação na área tributária.

Habilidades:

- Capacidade de entender e prevenir demandas

- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da

análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Sistema constitucional tributário: princípios e imunidades	0h	40h	40h

Obrigação, lançamento e crédito tributário	0h	40h	40h
Competência tributária e tributos	0h	40h	40h
Tributos em espécie	0h	40h	40h
Direito processual tributário	0h	40h	40h
Direito tributário: temas avançados	0h	40h	40h
Tributação internacional e aduaneira	0h	40h	40h
Planejamento tributário e infrações tributárias	0h	40h	40h
Contabilidade tributária	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: AMBIENTAÇÃO

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal.

Disponível em:

<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <

http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

Disciplina: SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO - PRINCÍPIOS E IMUNIDADES

Ementa: 1. Princípios constitucionais tributários. Noção de Princípio. Princípios Constitucionais Gerais. Princípio: da capacidade contributiva, da estrita legalidade, da irretroatividade, da anterioridade, da igualdade tributária, do não-confisco. 2. Imunidade, incidência, não incidência, isenções e alíquota zero. Imunidades: tributária, recíproca, dos templos de qualquer culto, dos partidos políticos, dos sindicatos dos trabalhadores e das instituições educacionais e assistenciais sem fins lucrativos, dos livros, dos jornais, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas. Outras imunidades previstas na Constituição.

Conteúdo Programático 1: Igualdade, capacidade contributiva e efeito confiscatório

Conteúdo Programático 2: Princípios relacionados à lei. Vigência e efeitos

Conteúdo Programático 3: Imunidade Recíproca, Religiosa e no Terceiro Setor

Conteúdo Programático 4: Imunidade Cultural e Teoria Geral das Imunidades

Bibliografia Básica:

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 30ª. São Paulo: Malheiros, 2015.

BALEIRO, Aliomar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007.

Demais referências:

BARRETO, Aires F.; BARRETO, Paulo Ayres. Imunidades Tributárias: Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2001.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2010.

Disciplina: OBRIGAÇÃO, LANÇAMENTO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Ementa: 1. Obrigação tributária. O Código Tributário Nacional e a Obrigação Tributária. Obrigação Principal e Obrigação Acessória. Sujeito Ativo e Sujeito Passivo. Capacidade Tributária Passiva. Responsabilidade Tributária. Substituição Tributária. 2. Crédito tributário Conceito e Natureza Jurídica. Constituição do Crédito Tributário. Lançamento Tributário: ato ou procedimento administrativo. As Modalidades de Lançamento Tributário (aspectos jurídico-contábeis). Formas de Alteração do Lançamento Tributário. Diferença entre Lançamento Tributário e Auto de Infração e Imposição de Multa. Causas de Suspensão do Crédito Tributário: Moratória, Parcelamento, depósito do Montante Integral, Impugnações Administrativas, Liminares e Tutela Antecipada. Causas de Extinção do Crédito Tributário: Pagamento, Compensação, Transação, Remissão, Conversão do Depósito em Renda, Consignação em Pagamento, Decisão Administrativa Definitiva, Decisão Judicial Transitada em Julgado, Dação

em Pagamento, Pagamento Antecipado e Homologação, Prescrição e Decadência. Causas de Exclusão do Crédito Tributário: Isenção e Anistia

Conteúdo Programático 1: Obrigação Tributária

Conteúdo Programático 2: Responsabilidade

Conteúdo Programático 3: Lançamento e Suspensão

Conteúdo Programático 4: Extinção do Crédito Tributário

Bibliografia Básica:

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 6. ed. São Paulo : Malheiros, 2002.

FALCÃO, Amílcar de Araújo. Fato Gerador da Obrigação Tributária. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1974.

Demais referências:

BECKER, Alfredo Augusto. Carnaval Tributário. 2. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Decadência e Prescrição no Direito Tributário. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 2004.

SILVA, Volney Zamenhof de Oliveira e outros. CTN Comentado, Anotado e Atualizado. 4.ed. Campinas: Lex Editora, 2004.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2003; Capítulo XVII – Seções I e II.

Disciplina: COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E TRIBUTOS

Ementa: 1. Competência tributária. Conceito. Características: Privatividade, Indelegabilidade, Incaducabilidade, Inalterabilidade, Irrenunciabilidade e Facultatividade. Extrafiscalidade, Bis in idem e Bitributação. Distinção entre Competência Tributária e Capacidade Tributária Ativa. Parafiscalidade e Capacidade Ativa Auxiliar. 2. Tributo. Definição de Tributo no Código Tributário Nacional. Conceitos doutrinários de Tributos. Espécies de Tributos perante a Constituição Federal: Imposto, Taxa, Contribuição de Melhoria, Empréstimo Compulsório, Contribuição Social. Classificações dos tributos perante a doutrina e a jurisprudência.

Conteúdo Programático 1: Competência dos entes políticos e definição de tributos

Conteúdo Programático 2: Impostos

Conteúdo Programático 3: Taxas, Contribuições de Melhoria e Empréstimos Compulsórios

Conteúdo Programático 4: Contribuições Especiais

Bibliografia Básica:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Demais referências:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 15 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

Ataliba, Geraldo. Carvalho, Paulo de Barros. Sousa, Rubens Gomes de. Comentários ao Código Tributário Nacional. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

Disciplina: TRIBUTOS EM ESPÉCIE

Ementa: 1. Impostos Municipais. IPTU. ITBI. ISS. 1.2. Impostos Estaduais. ICMS. ITCMD. IPVA. 1.3. Impostos Federais: IRPF e IRPJ.

Conteúdo Programático 1: Impostos sobre o Patrimônio

Conteúdo Programático 2: ISS

Conteúdo Programático 3: ICMS

Conteúdo Programático 4: Imposto sobre a renda

Bibliografia Básica:

PAULSEN, Leandro. Impostos federais, estaduais e municipais. 10ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

Demais referências:

BICALHO CAMARGOS, Luciano Dias. O Imposto Territorial Rural e a Função Social da Propriedade. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CONTI, José Maurício. Princípios Tributários da Capacidade Contributiva e da Progressividade. São Paulo: Dialética. 1997.

GONÇALVES, José Artur de Lima. Imposto sobre a renda, pressupostos constitucionais. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

LOPEZ BARBON, Sandra A. Do IPTU. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SOARES DE MELO, José Eduardo. Aspectos Teóricos e Práticos do ISS. 5. ed, São Paulo: Dialética, 2008.

SOARES DE MELO, José Eduardo. ICMS – Teoria e Prática. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2009.

SILVA MARTINS, Ives Gandra (Coord.). Imposto de Renda: Conceitos, Princípios e Comentários. São Paulo: Atlas, 1996.

VESPERO FERNANDES, Regina Celi Pedrotti. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD. 2. ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

Ementa: 1. Processo administrativo tributário. Noções de Processo Administrativo Tributário. Lançamento Tributário x Auto de Infração e Imposição de Multa. Defesas e Recursos. As Instâncias Administrativas Municipais, Estaduais e Federais e seus procedimentos. Processo Administrativo Federal. 2. Processo judicial tributário. Ações Interpostas pelo Fisco. Medida Cautelar Fiscal. Execução Fiscal. Ações Interpostas pelo Contribuinte. Ação: - Cautelar - Declaratória em Matéria Tributária - Anulatória - de Repetição de Indébito e a Compensação - de Consignação em Pagamento. Liminares e Tutela Antecipada. Coisa julgada tributária. Embargos do Devedor. Exceção de Pré-Executividade. Garantias e privilégios do crédito tributário.

Conteúdo Programático 1: Processo Administrativo

Conteúdo Programático 2: Processo Judicial Tributário

Conteúdo Programático 3: Tutelas Especiais

Conteúdo Programático 4: Execução Fiscal

Bibliografia Básica:

Marins, James. Direito Processual Tributário Brasileiro, 9ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NEDER, Marcos Vinicius / López, Maria Teresa Martínez. Processo Administrativo Fiscal Federal Comentado. São Paulo, Dialética.

Demais referências:

BATISTA JÚNIOR, Geraldo da Silva. Exceção de Pré-Executividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

CAMPOS, Dejalma de. Direito Processual Tributário. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CAIS, Cleide Previtalli. O Processo Tributário. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

RODRIGUES RIBAS, Lídia Maria Lopes. Processo Administrativo Tributário. 3. ed, São Paulo: Malheiros, 2008.

SEIXAS FILHO, Aurélio Pitanga. Estudos de Procedimento Administrativo Fiscal. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO: TEMAS AVANÇADOS

Ementa: 1. Ágio e reorganizações societárias. 2. Preços de transferência. 3. Temas Avançados da tributação previdenciária. 4. Tributação do mercado financeiro e de capitais.

Conteúdo Programático 1: Tributação no Mercado Financeiro

Conteúdo Programático 2: Ágio e reorganizações societárias

Conteúdo Programático 3: Temas avançados em Tributação Previdenciária

Conteúdo Programático 4: Preços de Transferência

Bibliografia Básica:

QUIROGA, Roberto. Aspectos atuais do mercado financeiro e de capitais. São Paulo: Dialética.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Ágio em reorganizações societárias (aspectos tributários). São Paulo: Dialética, 2012.

_____. Preços de Transferência. São Paulo: Dialética, 2012.

Demais referências:

ANDRADE FILHO, Edmar. Imposto de Renda das Empresas, 12ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

HIGUCHI, Hiromi. Imposto de Renda das Empresas, 40ª edição. São Paulo: IR Publicações, 2015.

ZAMBITE, Fábio. Curso de Direito Previdenciário - 22ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

Disciplina: TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL E ADUANEIRA

Ementa: 1. Tributação Internacional. Princípios, elementos de conexão e residência fiscal. Tratados internacionais para evitar a bitributação. Países com tributação favorecida. Tributação de não residentes. Tributação de coligadas e controladas no exterior. Remessas ao exterior: imposto de renda na fonte e CIDE. 2. Tributação Aduaneira. Teoria Geral do Comércio Internacional. Formação de blocos econômicos. Mercosul. Valor Aduaneiro. Tributação das importações e exportações no Brasil.

Conteúdo Programático 1: Teoria Geral do Comércio Internacional

Conteúdo Programático 2: Tributos Aduaneiros

Conteúdo Programático 3: Tributação de Operações no Exterior

Conteúdo Programático 4: Tratados Internacionais

Bibliografia Básica:

CAPARROZ, Roberto. Comércio Internacional e Legislação Aduaneira, 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

XAVIER, Alberto. Direito tributário internacional do Brasil: tributação das operações Internacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

Demais referências:

CASELLA, Paulo Borba. Direito Internacional Tributário Brasileiro. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

PINHEIRO, Jurandi Borges. Direito tributário e globalização: ensaio crítico sobre preços de transferência. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

TÔRRES, Heleno. Direito tributário internacional: planejamento tributário e operações transnacionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TORRES, Heleno. Pluritributação Internacional Sobre as Rendas de Empresas. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

Disciplina: PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Ementa: 1. Planejamento tributário. Conceito. Fundamentação Jurídica. Classificação. Modos de Atuação. A Norma Geral Antielisiva. Elisão e evasão. Aspectos Societários do Planejamento Tributário. Operações preocupantes. 2. Infrações tributárias. Conceito de dolo, fraude e simulação em matéria tributária. O Negócio Indireto e a Fraude. Grupos econômicos. Qualificação das infrações. Representação fiscal para fins penais.

Conteúdo Programático 1: Planejamento Tributário. Conceito, formas de atuação e limites

Conteúdo Programático 2: Aspectos Societários do Planejamento e Operações Preocupantes

Conteúdo Programático 3: Dolo, fraude e simulação em matéria tributária

Conteúdo Programático 4: Grupos Econômicos e Qualificação das Infrações

Bibliografia Básica:

GRECO, Marco Aurelio. Planejamento Tributário, 3ª edição. São Paulo: Dialética, 2011.

BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento Tributário, IPI, ICMS, ISS e IR. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Demais referências:

MALKOWSKI, Almir. Planejamento Tributário e a questão da elisão tributária. São Paulo: LED Editora de direito, 2000.

FABRETTI, Lúaudio Camargo. Incorporação, Fusão, Cisão e Outros Eventos Societários: Tratamento Jurídico, Tributário e Contábil. São Paulo: Atlas, 2001.

GOYOS JR., Durval de Noronha et al. Paraísos Fiscais, Planejamento Tributário Internacional. São Paulo: Observador Legal, 1988.

GUBERT, Pablo Andres Pinheiro. Planejamento Tributário: análise jurídica e ética. Curitiba: Juruá, 2001.

GUTIERREZ, Miguel Delgado. Elisão e Simulação Fiscal. In: Revista Dialética de Direito Tributário, n. 66, pp.88/94. São Paulo: Dialética, março — 2001.

Disciplina: Contabilidade tributária

Ementa: Sistema Jurídico Tributário. Significados Patrimoniais do Tributo e sua Contabilização. Fenômenos tributários. Impactos no Patrimônio e nos Resultados. Planejamento Tributário.

Conteúdo Programático 1: Contabilidade e Tributação. O Sistema Jurídico Tributário.

Conteúdo Programático 2: Os Significados Patrimoniais do Tributo e sua Contabilização.

Conteúdo Programático 3: Fenômenos Tributários e os Impactos no Patrimônio e nos Resultados.

Conteúdo Programático 4: Planejamento Tributário.

Bibliografia Básica:

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta de. **Contabilidade tributária**: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados da empresa. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

NAZÁRIO, N. da S.; MENDES, P. C. de M.; AQUINO, D. R. B. Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em contabilidade tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico. **Revista Universo Contábil** - v. 4, n. 3, p. 64 – 81, 2008.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; JÚNIOR, José Hernandes Perez; GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária – Textos e Teses com as Respostas**. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, M. A. C. **Contabilidade tributária**: um enfoque nos IFRS e na legislação do IRPJ. São Paulo: Atlas, 2015.

SOUSA, Edmilson de. **Contabilidade Tributária-Aspectos Práticos e Conceituais**. São Paulo: Atlas, 2018.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

2Gb de Memória RAM.

Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.

Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).

Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

Adobe Flash Player (atualizado).

Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.



